



Ao Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá/PR

Falência n.º 0000187-23.1994.8.16.0058

Henrique Cavaleiro Ricci, síndico honrosamente nomeado nos autos do processo de Falência enumerado em epígrafe, da massa falida de **Comércio e Representações de Couros Loanda Ltda.**, respeitosamente, comparece perante Vossa Excelência, em atenção à r. decisão de ev. 1622, para manifestar quanto ao que segue:

I. DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À ELETROBRÁS

Excelência,

Conforme consta do ev. 1613 dos presentes autos falimentares, a M4 Capital apresentou proposta visando à aquisição de créditos decorrentes do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, relativos ao período de janeiro de 1987 a janeiro de 1994. De acordo com as informações prestadas, referidos valores estariam registrados em Unidades Padrão (UPs) da Eletrobras, passíveis de restituição à Massa Falida.

Na sequência, conforme e-mail em anexo, promoveu-se diligência administrativa juntamente à Eletrobrás na busca de informações, que, em resposta, destacou a necessidade do fornecimento do número do CICE atribuível à sociedade falida, além da *i.* cópia original, autenticada ou digital do Contrato Social vigente e consolidado; *ii.* cópia original, autenticada ou digital da última alteração contratual ocorrida nos últimos dois anos; *iii.* procuração por instrumento público, em caso de representação por terceiros; e *iv.* certidão simplificada original e atualizada, emitida há, no máximo, seis meses.

Muito embora tenhamos fornecido os documentos acima destacados, extraídos diretamente deste feito falimentar, foi entendido pela Companhia que referidos documentos “não estavam autenticados” e, portanto, não poderiam ser validados pela *gerência*.

Diante disso, nesta data, isto é 20/06/2025, este Síndico efetuou nova diligência, desta





vez diretamente junto à COPEL, conforme comprovante de atendimento ora anexado, na derradeira tentativa de localização do número CICE solicitado pela Companhia. Contudo, a concessionária informou **não** dispor do referido número em seu sistema, em razão de tratar-se de sociedade cuja falência foi decretada há mais de vinte anos.

Ressalte-se, ainda, que o paradeiro dos sócios da falida, Senhores Juarez Muniz de Castro (CPF nº 022.638.159-53) e Elias Teixeira Alonso de Oliveira (CPF nº 481.703.809-87), é desconhecido desde a decretação da quebra, o que inviabiliza o acesso a documentos ou informações eventualmente sob sua posse.

Assim, tendo em vista que todas as diligências administrativas empreendidas por este Síndico restaram infrutíferas, **requer-se a expedição de ofício à Eletrobrás**, a fim de que preste as informações necessárias quanto à existência de eventuais valores registrados em nome da falida, oriundos do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, notadamente aqueles correspondentes ao período de janeiro de 1987 a janeiro de 1994.

O Ofício deverá fazer referência ao **CTA-JREPA 0519/2025 – COUROS LOANDA – PROTOCOLO 566**, o que dente a facilitar a identificação pelos agentes intermediadores que procederão com a pesquisa acima, tendo sido elencados os documentos necessários para identificação da solicitação no anexo desta.

II. DO CONTROLE DAS PROVIDÊNCIAS PARA IMPULSIONAMENTO DO FEITO

Conforme requerimento formulado ao ev. 1526, deferido por este d. juízo no ev. 1622, foram determinadas diversas providências essenciais para a apresentação do plano de pagamento aos credores.

As medidas deferidas compreendem i. apresentação do extrato de movimentação das contas judiciais vinculadas à falida durante todo o período da falência; ii. derradeira consulta e bloqueio, via SISBAJUD, de eventuais ativos financeiros existentes em nome da falida; iii. a remessa dos autos ao Senhor Escrivão e ao Senhor Contador Judicial para que indiquem a eventual existência de valores remanescentes a título de custas e





despesas processuais desta ação falimentar e de seus incidentes; **iv.** expedição de ofícios aos Cartórios de Registros de Imóveis da Comarca de Campo Mourão/PR, a fim de que informem a existência de eventuais bens imóveis registrados em nome da falida; **v.** elaboração de certidão, pela z. Secretaria, com a relação de todos os incidentes vinculados à presente demanda, especialmente os que tratam de pedidos de restituição, diante da possibilidade de existirem autos físicos não digitalizados no sistema PROJUDI.

Até o presente momento, contudo, verifica-se que apenas o ofício ao CNIB foi expedido (ev. 1.629), não havendo, até então, resposta da referida instituição, tampouco notícia do cumprimento das demais determinações contidas no item 4 da r. decisão de ev. 1622.

Dessa forma, pugna-se pelo cumprimento da r. decisão de ev. 1622, a fim de que, uma vez angariadas todas as informações necessárias, possa dar continuidade aos trabalhos e, ao final, apresentar o plano de pagamento aos credores da Massa.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, requer-se:

- a. a expedição de ofício à Eletrobrás, a fim de que preste as informações necessárias quanto à existência de eventuais valores registrados em nome da falida, oriundos do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, notadamente aqueles correspondentes ao período de janeiro de 1987 a janeiro de 1994, cf. item I, acima;
- b. o cumprimento das providências ainda pendentes, nos termos do item 4 da r. decisão de ev. 1.622.

Sendo o que tinha a manifestar, permaneço à disposição do Juízo e dos demais interessados.

Maringá/PR, 20 de junho de 2025.

Henrique Cavalheiro Ricci | OAB/PR 35.939

